

Vinculando  
OK!



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

<b>INTERESSADO:</b> Maria de Fátima Chagas Raulino Nobre		
<b>EMENTA:</b> Autoriza Maria Janiele Damasceno Freitas a se submeter à avaliação de conhecimentos correspondentes à conclusão do curso de ensino médio.		
<b>RELATOR:</b> Edgar Linhares Lima		
<b>SPU Nº 11813782-4</b>	<b>PARECER Nº 0132/2012</b>	<b>APROVADO EM: 16.01.2012</b>

### I – RELATÓRIO

Maria de Fátima Chagas Raulino Nobre, mediante o Processo nº 11813782-4, solicita a autorização deste Conselho de Educação para que o Colégio Estadual Maria Emília Rabelo – CEMER, localizado em Morada Nova – Ce, possa realizar o avanço escolar a nível de conclusão do curso de ensino médio de Maria Janiele Damasceno Freitas, tendo em vista ter sido aprovado via vestibular para o curso de Finanças, na universidade Federal do Ceará – UFC.

Cabe à instituição escolar onde está matriculado o aluno a realização do procedimento solicitado nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, Artigo 24, Inciso V, Alínea c: "*possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado*"; não cabendo recusa da instituição de ensino quanto à execução do exame solicitado pelo aluno e devidamente autorizado por este Conselho.

### II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O pleito, ora analisado, tem o amparo da Lei nº 9.394/1996, Artigo 24, Inciso V, Alínea "c", e do Parecer nº 0490/2007-CEE.

### III – VOTO DO RELATOR

Em assim sendo, o voto é favorável à autorização para que seja procedida à avaliação de aprendizagem em favor da aluna Maria Janiele Damasceno Freitas, para efeito de avanço nos estudos, como previsto na lei. Em caso positivo, compete ao Colégio Estadual Maria Emília Rabelo – CEMER, em Morada Nova - Ce, avaliar a aluna concedendo-lhe o avanço pretendido, caso seja bem sucedido.



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cont. do Parecer nº 0132/2012

Encerrados os procedimentos cabíveis, deverá essa instituição elaborar ata especial e registrar no espaço reservado às observações do histórico escolar do aluno que este foi reclassificado nos termos deste Parecer.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

#### IV – CONCLUSÃO DA CÂMARA

Processo aprovado "ad referendum" do Plenário, nos termos da Resolução nº 340/1995, deste Conselho.

Sala das Sessões da Câmara da Educação Básica do Conselho Estadual de Educação, em Fortaleza, aos 16 de janeiro de 2012.



EDGAR LINHARES LIMA

Relator e Vice-Presidente da CEB, em exercício



EDGAR LINHARES LIMA

Presidente do CEE